



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: ESTUDO DE CASO SOBRE UMA POLÍTICA DE ACESSO ABERTO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Othon Jambeiro

PhD. em Comunicação pela University of Westminster, Inglaterra.

Professor da Universidade Federal da Bahia, Brasil.

E-mail: othon@ufba.br

Flavia Goulart Mota Garcia Rosa

Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia,
Brasil. Professora da Universidade Federal da Bahia, Brasil.

E-mail: flaviagoulartgr@yahoo.com.br

Suzane Santos Barros

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia,
Brasil.

E-mail: susaneseb@yahoo.com.br

Rodrigo Meirelles

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia,
Brasil. Professor da Faculdade Anísio Teixeira, Brasil.

E-mail: rodrigomei@hotmail.com

Resumo

O texto é um relato analítico da implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mostra-se nele todo o percurso da conceituação, planejamento e execução, ressaltando-se que da experiência resultaram uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. A estrutura do texto obedece à conceituação de Lievrouw, segundo quem o ciclo da comunicação científica se efetua em três etapas: conceituação, documentação e popularização. Também no caso da implantação do repositório estas três etapas foram cumpridas, a última delas com a recente criação do informativo *Alerta*, que divulga amplamente os artigos, capítulos de livros, livros, dissertações e teses que são depositados pelas comunidades de docentes e pesquisadores da UFBA.

Palavras-chave: Repositório. Repositório institucional. UFBA – Repositório.

1 INTRODUÇÃO

O momento atual, favorecido pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) criou novas possibilidades para a disseminação da produção cultural, científica e artística das universidades. Um exemplo a ser destacado – e que é o objeto deste artigo – é a implantação de repositórios institucionais (RI) nas universidades, nos quais é disponibilizada para consulta, livre e gratuitamente, a produção intelectual de seus docentes e pesquisadores.

O repositório possibilita visibilidade e transparência da produção intelectual, e contribui para sistematizar uma política de disseminação, de alcance universal, da contribuição da universidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Permite também

consolidar um sistema de ordenamento dessa produção, que se faz, tradicionalmente, de maneira dispersa.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi a primeira universidade baiana e uma das primeiras brasileiras a implantar um repositório e seguiu um processo sistemático, vinculado a dois projetos de pesquisa, que redundaram em um mestrado¹ e um doutorado², para atingir este objetivo. Este artigo analisa esta experiência, realizada num contexto histórico de expansão e consolidação das TICs, que permitem a criação de um novo fluxo da produção intelectual e a adoção de uma política de comunicação científica de acesso aberto.

Para analisar o processo de implantação dessa política parte-se de Lievrouw (1992), segundo quem o ciclo da comunicação científica é formado por três etapas subsequentes. A primeira é a da conceituação, onde os processos comunicacionais se dão num âmbito bastante restrito, sobretudo entre aqueles indivíduos que possuem um relacionamento harmonioso e de confiança mútua, em ocasiões informais. A segunda etapa, de documentação, compreende um processo mais bem elaborado, num nível formal, envolvendo a avaliação pelos pares e considerando que existem regras a serem seguidas, como no caso de submissões de artigos para periódicos. A popularização, terceira etapa do ciclo, envolve a divulgação do conhecimento de forma ampla para os pares e para o público em geral.

Comunicação científica é entendida, em primeiro lugar, como a troca de ideias entre pesquisadores, com a utilização de canais tradicionais ou eletrônicos, formais ou informais; em segundo lugar, como a disseminação do conhecimento erudito ou científico para o público leigo. A divulgação do resultado das pesquisas é considerada de alta relevância, não só para a acumulação do conhecimento, mas também porque prestar contas à sociedade do que se consegue com recursos públicos é imperativo fundamental de um sistema democrático. Nos anos recentes isto se tornou mais fácil devido à criação das redes eletrônicas, que proporcionam acesso à informação científica tanto do público especializado, quanto do não-especializado.

Em suma, a comunicação da produção acadêmica é uma atividade intrinsecamente ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico, promovido, em grande parte, no âmbito das instituições de ensino superior, e financiada com recursos públicos. Isto torna a comunicação de seus resultados de suma importância para as universidades, como forma de cumprimento de sua responsabilidade social. E para isso é necessário que tenham políticas específicas.

Valendo-se das etapas do ciclo da comunicação científica definidas por Lievrouw, acima expostas, este artigo está estruturado em três blocos de análise – Conceituação (dividida em duas seções, 1 e 2); Documentação; e Popularização – antecedidos por um bloco de Contexto e procedidos por uma Conclusão. Neles, além de se analisar a compreensão dos pesquisadores e gestores da instituição quanto à política de acesso aberto, relata-se analiticamente o processo de implantação do Repositório Institucional da UFBA, e as estratégias institucionais de estímulo aos docentes para que disponibilizem sua produção acadêmica, para consulta universal e gratuita.

2 O CONTEXTO INSTITUCIONAL - A UFBA COMO PRODUTORA DE CONHECIMENTO

¹ Susane Santos Barros. **Políticas de Comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia e o Movimento de Acesso Livre à Informação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia.

² Flávia Goulart Mota Garcia Rosa. **Disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia, através da implantação do seu Repositório Institucional: uma política de acesso aberto**. 2011. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia.

Em sua origem as universidades estiveram dedicadas principalmente à transmissão da cultura de sua época, isto é, à reprodução de um sistema completo e integrado de ideias. Com a crise da Idade Média essa síntese foi perdendo força, porque a sociedade necessitava de profissionais e cientistas. Inicia-se aí a noção da *universitas scientiarum*, isto é, de uma universidade detentora, produtora e transmissora do saber científico, que, contudo, só se consolida com o surgimento do Estado nacional absolutista, quando são fundadas as primeiras universidades leigas, estatais (MOROSINI, 2005). O novo modelo expande-se rapidamente por toda a Europa e a partir do século XVIII, por influência do Iluminismo, leva todo o sistema universitário medieval a ser repensado.

O crescimento da indústria editorial, que se iniciou com a invenção dos tipos móveis, no século XV, estimulou tanto o registro e a disseminação da informação, quanto a consolidação das universidades europeias. No Brasil, ao contrário de outros países da América Latina, nos quais o ensino superior se tornou realidade desde o século XVI, “[...] a Coroa portuguesa freou toda e qualquer iniciativa que pretendesse oferecer educação pública a todos e estruturar um sistema de ensino na Colônia.” (TREVISOL et al. 2009, p. 217). Como afirma Teixeira (1989, p. 57), “a sociedade que se implantava na colônia era, assim, uma sociedade arcaica, de cultura oral, anterior à palavra impressa, fundada na escravidão e no patriarcalismo rural e na burocracia colonial, explorada pelo mercantilismo da metrópole [...]”. A sociedade brasileira era, em suma, inteiramente arraigada a uma “superestrutura religiosa de cultos dos santos, monumentos religiosos e um folclore suntuoso e colorido de festas e dias-santos, tudo dominado por um quadro clerical de padres letrados [...]” (Idem, Ibidem).

A primeira escola superior do Brasil somente foi criada em 1808, com a chegada de D. João VI – a Escola de Medicina, com os cursos de Cirurgia Anatômica e Medicina, em Salvador. Até 1877, esta Escola foi a única da colônia e cumpriu seu papel estimulando os estudos universitários e a pesquisa, o que conseqüentemente criou uma demanda por livros e periódicos técnicos e científicos. Universidades mesmo surgem no Brasil apenas no século XX, em 1920, quando se criou a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, reunindo as escolas de nível superior ali existentes. Mais tarde, em 1927, a reunião das quatro escolas de nível superior existentes em Belo Horizonte permitiu a criação da Universidade de Minas Gerais. A elas se seguiram a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935.

A Universidade da Bahia (posteriormente tendo acrescida ao seu nome a expressão Federal, como de resto ocorreu com todas as universidades diretamente financiadas pelo Ministério da Educação) foi criada em 1946. Para sua constituição foram reunidas, além da Faculdade de Medicina, as de Filosofia, Odontologia, Farmácia, Direito, Ciências Econômicas e a Escola Politécnica. Seu primeiro reitorado, que durou 15 anos, foi marcado pela implantação de estudos superiores em áreas então consideradas supérfluas, mas que permitiram à Universidade participar ativamente dos movimentos culturais da Bahia. “Propostas ousadas e experimentos inéditos na arte e culturas brasileiras tiveram o seu lugar nesses anos, patrocinados, de certa forma pela Universidade Federal da Bahia” (FERRAZ, 1995, p. 8).

Além de implantar as escola de dança, música e teatro, trazendo para elas professores de renome internacional, a Universidade criou também um Departamento Cultural e o Centro de Estudos Afro-Orientais. Este último, idealizado pelo humanista português Agostinho da Silva, é, até hoje, responsável por importantes estudos sobre a influência dos povos africanos na formação da cultura baiana e brasileira. Posteriormente, vieram as escolas de Geologia e de Administração, cuja criação atendia a necessidades de renovação da administração pública e privada do Estado e de formação de quadros de alto nível para a exploração mineral na Bahia.

A partir dos anos 1970 a Universidade manteve-se atuante na área cultural e artística, mas sofreu uma guinada significativa para o campo científico, com a reforma universitária, a implantação dos institutos básicos (Química, Física, Biologia, Matemática, Ciências da Saúde, Geociências) e a conseqüente constituição de novos grupos de pesquisa, com apoio de empresas

como a Petrobrás e agências oficiais de financiamento, como Finep e CNPq. Esses novos grupos juntaram-se a outros anteriormente constituídos, notadamente no campo da Medicina, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Agrárias. O perfil da produção acadêmica da UFBA mudou então, passando a competir nacionalmente com outras universidades no volume e qualidade de resultados de pesquisa em distintos campos do conhecimento.

Apesar de sua crescente participação no conjunto da pesquisa e dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil, a UFBA nunca tinha tido uma política de comunicação científica abrangente. Limitava-se a: publicar catálogos impressos, sem periodicidade regular, que tinham precária distribuição; publicar alguns livros com resultados de pesquisas, também com distribuição restrita; estimular, com eventuais financiamentos, a apresentação de trabalhos de seus docentes em eventos científicos. Carecia, portanto, de uma política de disseminação de grande amplitude, que a pusesse a descoberto, com sua produção intelectual visível e disponível para todos os tipos de público. Isto só começou a se materializar em meados dos anos 2000, com a adoção das ideias do movimento mundial de acesso livre à informação científica, dentro do contexto tecnológico da sedimentação de internet. A proposta de criação de um Repositório Institucional foi uma consequência natural.

3 A CONCEITUAÇÃO

3.1 Acesso Aberto e Repositórios Institucionais

O movimento de acesso livre à informação científica caracteriza-se como um movimento político que se apoia no ideal de que pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser disponibilizadas livremente para toda a sociedade. Para a concretização desse ideal, ele se utiliza de modelos tecnológicos de acesso aberto (MEIRELLES, 2009), que garantem o acesso livre e permanente a textos científicos, sem nenhum tipo de barreira, a todo e qualquer usuário da internet. Os modelos permitem a busca, a leitura, o *download*, a impressão, a cópia, a distribuição, a indexação ou ainda a construção de *links*, desde que sejam respeitados os direitos dos autores.

Stevan Harnad e colaboradores (2001), um dos principais pesquisadores e impulsionadores do movimento, idealizou duas estratégias de ação, denominadas Via Dourada e Via Verde.

A Via Dourada se refere à produção e ampla disseminação de periódicos eletrônicos de acesso aberto na rede. Ao publicarem em periódicos de acesso aberto, os pesquisadores potencializam a comunicação científica, possibilitando a ampliação do diálogo com seus pares. Para isto foram criadas várias ferramentas para a produção de periódicos de acesso aberto, cuja implantação serve de comprovação da adesão ao movimento. Estas ferramentas, além de propiciar maior rapidez ao processo editorial, são desenvolvidas em *software* livre (*open source*) e, em grande parte, construídas de forma colaborativa, o que propicia a criação de fóruns de desenvolvedores e de usuários.

A Via Verde, por seu turno, trata da criação de repositórios institucionais (RI), tendo por objetivo principal a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa. Para isto, cada instituição deve orientar sua comunidade, conscientizando-a de seu papel para o sucesso do estabelecimento de uma política de comunicação de sua produção.

Os repositórios surgiram inicialmente como repositórios digitais temáticos, abrangendo apenas o conteúdo de uma determinada área do conhecimento. O *The Scholarly Journal Archive* (JSTOR) foi um dos primeiros, e destinava-se à preservação digital de periódicos científicos de algumas áreas específicas. Em seguida a ideia evoluiu para que esses repositórios se agrupassem e ficassem sob a responsabilidade de uma instituição, voltados para a

divulgação do conjunto de sua produção. Passaram, então, a ser conhecidos pela denominação de repositórios institucionais (RI).

O desenvolvimento relativamente recente dos RI permite ainda que tenham distintas definições. Clifford Lynch (2003, p. 2), Diretor da União para Informação em Rede, define RI como:

Um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição (tradução nossa)³.

Para Mark Ware (2004), um RI é definido como um banco de dados baseado em um repositório de material acadêmico, que é decidido institucionalmente, diferentemente do repositório temático; o RI é uma coleção de registro cumulativa e contínua; aberto e interoperável, usando, por exemplo, o *software* OAI e, desse modo, coleta, estoca e dissemina, fazendo parte do processo de comunicação científica. Além disso, tem como função-chave a preservação, em longo prazo, de materiais digitais.

3.2 A UFBA e a Política de Acesso Aberto

A definição de uma política de acesso aberto para a UFBA requereu inicialmente um levantamento sobre o posicionamento de pesquisadores da Instituição e membros das instâncias superiores responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara do mesmo nome), bem como de membros do Conselho Editorial da Editora da Universidade, a respeito do movimento de acesso livre à informação científica. O primeiro passo para a elaboração da política foi, portanto, aplicar questionários com esses atores.

Os principais pontos norteadores do levantamento foram: conhecimento sobre o movimento de acesso livre à informação científica, e uso de periódicos de acesso aberto para comunicação de seus resultados de pesquisa. Os dados expostos a seguir são provenientes dos 19 questionários aplicados, analisados separadamente, ou seja, primeiro os dados da Pró-Reitoria e da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, e num segundo momento os do Conselho Editorial da Eufba.

A análise revelou que é superficial, por parte da maioria dos membros dessas instâncias, o conhecimento (assim como a importância que lhe atribuem) do movimento de acesso livre à informação científica. Dos 12 entrevistados da Pró-Reitoria e da Câmara, somente um conhece bem o movimento, quatro afirmaram conhecê-lo pouco e sete não o conhecem. Quando solicitados a justificar a importância que lhe atribuem, a democratização do acesso foi um dos aspectos ressaltados. Sete entrevistados se apoiaram no discurso do retorno social da pesquisa científica, isto é, há um entendimento de que, se a sociedade investe em pesquisa deve ter acesso livre aos resultados.

³ [...] a set of services that a university offers to the members of its community for the management and dissemination of digital materials created by the institution and its community members. It is most essentially an organizational commitment to the stewardship of these digital materials, including long-term preservation where appropriate, as well as organization and access or distribution.

Dois entrevistados questionaram a qualidade de periódicos de acesso aberto. Um deles apontou para a necessidade de existência de infraestrutura que garanta a qualidade via avaliação por pares. Ele é favorável ao movimento, “[...] desde que gere artigos confiáveis e que não se saia publicando tudo [...] pra você não ter publicações danosas, porque você sabe que o conhecimento é construído em cima do conhecimento” (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

O outro, também Membro da Câmara, considera utópico um movimento com essas características, pela existência de competitividade crescente entre pesquisadores. Ele acredita que “na hora em que você divulga muito livremente essas pesquisas, corre-se o risco maior de outras pessoas tentarem utilizar-se delas de forma, muitas vezes, até não muito escrupulosas.” No entanto, a publicação dos resultados em periódicos por assinatura não garante a sua não utilização indevida. A disponibilização gratuita obedece outra lógica. Entende-se que o que pode ser mais facilmente acessado é passível de localização e identificação mais rápida, o que possibilita inibir a utilização inescrupulosa do que é publicado.

Dos sete membros do conselho editorial da Edufba quatro afirmaram conhecer o movimento de acesso aberto, mas nas justificativas sobre a importância que a ele atribuem levantaram pontos diversos e, a despeito de reconhecerem sua importância, citaram como aspectos a serem ponderados em sua avaliação: a remuneração do pesquisador; o excesso de informação e capacidade de seleção; e a disponibilização de pesquisas financiadas com recursos privados ou com interesses comerciais.

Uma questão central na discussão sobre acesso aberto relaciona-se à necessidade de as pesquisas, principalmente na área tecnológica e de inovação, terem divulgação menor e mais restrita já que, em muitos casos, envolvem interesses de Estado. No caso de empresas privadas podem envolver interesses econômicos de quem financiou a pesquisa. Nesse sentido, um dos entrevistados ponderou que o movimento não pode considerar, sobretudo, o ponto de vista acadêmico, porque existem muitas limitações. Outro expõe que a ciência produzida atualmente é muito diferente da que se produzia antes e que se afasta do idealismo cada vez mais, não podendo, dessa forma, haver ingenuidade no tratamento dessas questões. Ele pondera que existe o conhecimento financiado de modo privado, que não permite o acesso democrático, e que esse tipo de financiamento é parte da engrenagem de uma atividade industrial.

Nas entrevistas com os pesquisadores buscou-se saber se conhecem o movimento de acesso livre à informação científica e a importância que a ele atribuem. Do total de respondentes, 49% afirmaram conhecer o movimento. Destes, 62,5% o consideram muito importante, o que, de certa forma, sugere haver aceitação para que os periódicos eletrônicos que utilizam o modelo acesso aberto sejam não somente legitimados pela comunidade científica, mas também para que outros mecanismos e canais de disseminação das pesquisas possam se consolidar. Isto reforça a conclusão de Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) quanto às razões para publicação em periódicos/repositórios de acesso aberto: esses autores perceberam que há disposição dos pesquisadores para aderir ao movimento.

Procurou-se também saber dos pesquisadores se consideram os periódicos de acesso aberto fonte de consulta prioritária. Essa questão solicitava uma justificativa. Como resposta, obteve-se que 64,3% dos respondentes consultam prioritariamente esses periódicos. Dos que justificaram afirmativamente, a maior parte dos comentários indica a importância da gratuidade e facilidade de acesso. Esse resultado aproxima-se também do alcançado por Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) sobre os fatores considerados mais importantes em relação à qualidade de uma revista.

Entre os que justificaram negativamente, três aspectos são apontados com maior recorrência, no que se refere à busca de fontes de consulta: a vinculação com a qualidade, ou seja, os periódicos de acesso pago são considerados fontes de melhor qualidade; utilização do

Portal de Periódicos da Capes; e coerência com os tópicos de investigação. Considerar periódicos de acesso pago como de melhor qualidade corrobora os resultados de Swan e Brown (2004) sobre as razões que seus respondentes apontaram para não publicar em periódicos de acesso aberto: eles acreditam que esses periódicos, além de menor fator de impacto têm também menor prestígio. Esses dados igualmente corroboram os de Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) sobre as razões apontadas por seus entrevistados para não publicarem em revistas científicas/repositórios de acesso aberto.

Em suma, os dados mostraram que existem divergências sobre o acesso livre à informação científica, entre as instâncias da Universidade responsáveis pela pesquisa e ensino de pós-graduação, e também entre os pesquisadores. Enquanto metade destes mostra-se, por meio de suas práticas de publicação de resultados de pesquisa, favorável ao acesso aberto, os membros das instâncias superiores e do Conselho Editorial da Edufba, mostram-se pouco informados, bastante reticentes e descrentes, ainda que alguns apontem seus benefícios.

Esses resultados mostraram a necessidade de construir-se um modelo sólido de repositório, que pudesse angariar rapidamente a confiança e, conseqüentemente, a adesão da comunidade docente da UFBA.

4 A DOCUMENTAÇÃO – A IMPLANTAÇÃO DO RI DA UFBA

O passo seguinte foi, portanto, conhecer experiências de outras universidades: como venceram os obstáculos? Que ações desenvolveram? Que resultados obtiveram? Considerando que a dinamização, consolidação e crescimento dos RI é um processo complexo, definiu-se que seria importante conhecer o perfil e as práticas dos atores – coordenadores das comunidades, os depositantes e os usuários finais – envolvidos numa experiência de sucessos.

Levantamentos e buscas na *Internet* conduziram os pesquisadores à Universidade do Minho (UMinho), sediada em Braga, Portugal, criadora e mantenedora do RepositórioUM, para servir de inspiração e norteadora do projeto do RI da UFBA. Uma pesquisadora⁴ fez estágio “sandwich” naquela universidade portuguesa, onde analisou exaustivamente os documentos da política de acesso aberto daquela Universidade e o funcionamento do seu RI, além de realizar observações e entrevistas com seus idealizadores e operadores. Procedeu-se, em seguida, ao planejamento da implantação do RI da UFBA, aí incluídos os aspectos legais, institucionais e tecnológicos.

A definição das etapas de implantação, que compreendeu a instalação do *kit* tecnológico, foi pontuada pela superação de várias barreiras. Inicialmente, como os técnicos do Centro de Processamento de Dados (CPD) não dominavam o *software* adotado para a implantação do RI, foi necessário fazer um intercâmbio de técnicos com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade de Brasília (UnB).

Criou-se, para dar andamento ao projeto, um grupo gestor⁵ para discutir e propor a política para o RI⁶, por se entender que deveria ser participativa a construção das diretrizes e a proposição de uma política a ser encaminhada às instâncias superiores da Universidade. O Grupo foi composto por professores/pesquisadores, técnicos e estudantes de pós-graduação. Estabelecida pelo grupo gestor a política de inserção de trabalhos no repositório, o acompanhamento das etapas seguintes e avaliação permanente dos resultados foram descritas e registradas, ao longo dos três anos de implantação, num *Diário de Campo*.

⁴ Flávia Garcia Rosa, então doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, com um projeto sobre repositórios institucionais.

⁵ Designado através da Portaria n. 189, de 01 de abril de 2009. A política para o RI da UFBA, a partir da sugestão deste grupo, foi transformada na Portaria n. 24, de 07 de janeiro de 2010.

⁶ Disponível em: www.repositorio.ufba.br

A definição da Eufba como comunidade piloto para a implantação do RI revelou-se acertada, particularmente pelo diálogo regular que ela mantém com as diferentes áreas da Universidade. Ela procedeu (e procede, com absoluta regularidade) ao arquivamento de suas publicações, respeitando os princípios da legislação sobre direito autoral, estabelecidos de forma contratual.

O grupo gestor de implantação definiu a criação das comunidades, fazendo-as coincidir com as unidades acadêmicas e de pesquisa da Universidade, mas permitindo sub-comunidades, que têm sido criadas notadamente por Programas de Pós-Graduação e grupos de pesquisa. Decidiu-se também não haver, no primeiro momento, a figura do coordenador de comunidade, tendo-se optado pelo contato direto entre os gestores do RI e as comunidades e\ou sub-comunidades.

A tipologia adotada para os itens⁷ a serem disponibilizados teve como orientação a do Currículo Lattes, concluindo-se por sua divisão em: produção bibliográfica, produção técnica, trabalhos finais e parciais de curso e produção cultural. Qualquer novo subitem deve ser aprovado pelo grupo gestor do RI.

O RI foi implantado oficialmente em 9 de setembro de 2010, com a realização de um seminário voltado para a comunidade da UFBA, sobretudo para os Programas de Pós-Graduação, com a finalidade de apresentar a proposta de criação das comunidades e as orientações de uso do Repositório.⁸ Nessa ocasião, ele contava com duas comunidades ativas: a da Eufba, com 123 itens e a comunidade Memória, com 230 itens. Atualmente possui 37 Comunidades, 6.100 itens depositados, sendo 4.349 artigos científicos, 215 livros com texto completo e 1.536 outras produções⁹. Em 2011, em uma premiação feita pelo IBICT, o RI\UFBA ganhou o 1º lugar, como repositório de maior número de depósitos de artigos, e passou a ser o 2º mais povoado entre as Instituições Federais de Ensino Superior do país, sendo também citado em diversas pesquisas de doutorado, mestrado, graduação, artigos científicos e livros.

O repositório tem hoje reflexo direto na preservação e disseminação da produção científica da UFBA em âmbito mundial, além de ser uma importante ferramenta de gestão e mapeamento do que é nela produzido. Contudo, quando se considera o que é produzido pelos mais de 500 grupos de pesquisa da Universidade vê-se que é ainda pequeno o número de trabalhos nele inseridos. Visando aumentar as inserções criou-se, em 2012, uma publicação semanal, chamada ALERTA, que divulga, o mais amplamente possível, tudo que é depositado pelos pesquisadores da Universidade.

5 A POPULARIZAÇÃO - O ALERTA¹⁰

A última fase de implantação do RI previa a criação de um serviço de divulgação das inserções, para públicos os mais diversos, inclusive os próprios pesquisadores. Foi então implantado um Núcleo de Disseminação do Conhecimento (NDC)¹¹, cujo primeiro produto é uma publicação eletrônica, denominada ALERTA¹², que circula todas as semanas e é distribuída nacional e internacionalmente. Ela tem o objetivo de informar e atualizar a comunidade científica nacional e internacional, além do público externo ao ambiente acadêmico, sobre os

⁷ Disponível em: www.repositorio.ufba.br/n/about/folder_repositorio_web.pdf.

⁸ Com a participação de Eloy Rodrigues, da Universidade do Minho, para expor a experiência do RI desta Instituição e discutir sobre o movimento mundial de acesso aberto.

⁹ Dados de outubro de 2012.

¹⁰ <http://www.ndc.ufba.br/>

¹¹ O projeto foi formulado por Othon Jambeiro, Flávia Rosa, Susane Barros e Rodrigo Meireles, e submetido aos membros do Comitê Gestor, que o aprovaram.

¹² A concepção gráfica e a produção editorial é da responsabilidade da *designer* da Eufba Gabriela Nascimento e da estagiária de Comunicação La rylene Nascimento

trabalhos inseridos no Repositório, compostos, em sua maior parte, de resultados de pesquisas, estudos e ensaios científicos, artísticos e culturais, em formato textual, imagético ou sonoro. Pretende-se que suas atividades ampliem a visibilidade da produção acadêmica da Instituição e também do Repositório, possibilitando maior impacto social e a democratização do acesso ao conhecimento científico.

Ao ALERTA é também atribuída a missão estratégica de fomentar o povoamento do RI, estimulando os pesquisadores a realizar a inscrição de seus trabalhos no Repositório, formando comunidades temáticas. Como nele só são divulgados trabalhos que estão disponíveis no Repositório espera-se despertar nos pesquisadores o interesse em fazer a inserção de seus trabalhos, de forma continuada.

A produção do informativo é realizada por uma bolsista do Curso de Arquivologia da UFBA¹³, sob a coordenação de dois técnicos¹⁴, ambos com mestrado em Ciência da Informação, e supervisão de uma professora com mestrado em Ciência da Informação e doutorado em Comunicação¹⁵. O trabalho é feito individualmente durante a semana, sendo concluído numa reunião da equipe, sempre às segundas feiras. O ALERTA circula todas as terças feiras. O conteúdo é organizado por temáticas previamente estabelecidas pelo grupo, contemplando a diversidade de trabalhos disponíveis em acesso aberto no RI. A postagem semanal é realizada por meio de *mailings lists* constantemente enriquecidas por meio de buscas na internet, solicitações do público externo, e através de registros em listas de frequência de eventos científicos e culturais. Após ser enviado para os destinatários individualmente, o informativo é arquivado e disponibilizado na página do NDC¹⁶ para consulta posterior.

Pensado, ao mesmo tempo, em termos de comunicação científica e de jornalismo, o ALERTA seleciona os temas a serem abordados de forma que se relacionem com fatos, eventos e datas comemorativas que ocorrem na semana da divulgação. Seu padrão dimensional comporta a abordagem de três temas por edição, cada um deles contendo cinco trabalhos (livro, capítulo de livro, artigo publicado, tese e dissertação), o que resulta na divulgação de 15 trabalhos por edição. O que é produzido a mais cada semana é guardado num Banco de Temas (sempre cada tema contendo cinco trabalhos), que é utilizado quando necessário e servirá para manter o veículo circulando nos períodos de férias da Universidade. A análise dos 15 primeiros números mostra o seguinte quadro de produção e divulgação de trabalhos/temas.

Número	Temas produzidos	Temas efetivamente divulgados	Banco de temas
1	Eleição Esporte História do Brasil	Eleição Esporte História do Brasil	
2	Cinema Energia Violência	Cinema Energia Violência	
3	Nutrição infantil Bovinocultura Urbanismo Música popular	Nutrição infantil Bovinocultura Urbanismo	Música popular
4	Teatro Baiano Obesidade Plantas medicinais	Teatro Baiano Obesidade Linguística aplicada ao ensino	Plantas medicinais

¹³ Keila Santos

¹⁴ Susane Barros e Rodrigo Meireles

¹⁵ Jussara Borges

¹⁶ www.ndc.ufba.br

	Linguística aplicada ao ensino de línguas	de línguas	
5	Dança Doença de chagas Estudos de democracia Nanotecnologia Anfíbios Adolescência	Dança Doença de chagas Estudos de democracia	Nanotecnologia Anfíbios Adolescência
6	AIDS Games Biologia marinha Religião Resíduos sólidos Artes visuais Família	Família AIDS Resíduos sólidos	Games Biologia marinha Religião Artes visuais
7	Internet Filosofia Genética História das Américas Biocombustíveis Relações internacionais	Internet Filosofia Genética	História das Américas Biocombustíveis Relações internacionais
8	Ciência da Informação Resíduos líquidos Saúde bucal Educação básica Cibercultura	Ciência da Informação Saúde bucal Educação básica	Resíduos líquidos Cibercultura
9	Drogas (refazer) Depressão Piscicultura Movimentos sociais Gênero Gestão hospitalar Patrimônio	Gênero Gestão hospitalar Patrimônio	Depressão Piscicultura Movimentos sociais
10	Índios Células-tronco Marketing político Ditadura militar Hepatite Drogas	Índios Células-tronco Drogas	Marketing político Ditadura militar Hepatite
11	Oncologia Mel Bactérias Condutividade Gestão do conhecimento	Condutividade Mel Bactérias	Gestão do conhecimento Oncologia
12	Biodiversidade Polinização HPV Preservação digital Preservação ambiental Preservação docu-	Preservação Documental Biodiversidade Doenças Sexualmente Transmissíveis	

	cumental		
13	Biodiversidade Polinização DST Preservação docu-mental	Biodiversidade DST Preservação documental	Polinização
14	Lógica Fuzzy Mercado de trabalho Recifes Educação da criança	Mercado de trabalho Recifes Educação da criança	Lógica Fuzzy
15	Políticas culturais Laser Circo Matemática Saúde da criança	Saúde da criança Laser Circo	Políticas culturais Matemática

Quadro 1 - Temática do Alerta por número disseminado

Fonte: Dados da pesquisa, 2012

6 CONCLUSÃO

O RI completou dois anos em setembro passado, e embora sua implantação tenha demandado enormes esforços, sua manutenção requer investimentos para a mobilização da comunidade acadêmica visando seu povoamento. No momento, a maior necessidade é avaliar sua implantação e seus resultados para a comunidade interna e externa: qual é sua repercussão? De que forma vem contribuindo para os pesquisadores que acessam seu conteúdo? Qual o perfil dos seus usuários? São perguntas que ajudarão no aprimoramento dos serviços prestados à comunidade da UFBA e à sociedade como um todo.

Visando este objetivo foi elaborado um instrumento de coleta de dados em forma de questionário *on line*¹⁷, com pré-teste já realizado, que está disponibilizado na página principal do RI para ser respondido pelos seus usuários. Deste universo fazem parte públicos local, nacional e estrangeiro: a comunidade da própria UFBA, as demais comunidades acadêmicas da Bahia, do Brasil e dos países de língua portuguesa, além de segmentos com potencial para se beneficiar dos conhecimentos depositados no RI – empresas, Oscips, governos, profissionais liberais e pessoas que individualmente busquem conhecer a produção científica, artística e cultural da UFBA. O principal resultado esperado é o levantamento de subsídios para uma avaliação criteriosa do Repositório, visando oferecer um serviço de melhor qualidade.

Ao final desta etapa espera-se que os resultados permitam conhecer: (1) o perfil dos usuários e suas expectativas para com o conteúdo disponibilizado; (2) o comportamento dos usuários para com o RI; (3) a abrangência e usos do RI; (4) os programas de pós-graduação que estão aderindo ao repositório, orientando docentes e discentes a fazerem o auto-arquivamento de sua produção e consulta aos documentos. Espera-se também que a própria comunidade da UFBA possa perceber no Repositório o importante mecanismo de acesso à produção intelectual, que pode ser utilizada para trabalhos em sala de aula e para apoiar levantamentos bibliográficos em trabalhos de pesquisa.

**SCIENTIFIC COMMUNICATION:
CASE STUDY OF A POLITICS OF OPEN ACCESS TO ACADEMIC PRODUCTION**

Abstract

¹⁷ Disponível em: www.surveymonkey.com/s/WKRB9LH

The paper is an analytical report on the implantation of the institutional repository of the Federal University of Bahia. It is exposed in it the whole way of inception, planing e execution of the repository, being hithlighted that a master degree dissertation and a PhD degree thesis resulted from the experience. The text is structured under the Lievrouw concept of the scientific communication, that is, in three stages: inception, documentation and popularization. Also in the case of the implantation of the repository those three stages were obeyed, the last of them with the recent creation of the electronic newspaper Alerta, which publicizes weekly and widely articles, book chapters, books, dissertations and thesis that are deposited in the repository by the UFBA's teachers and researchers.

Keywords: Repository. Institutional repository. UFBA – Repository.

Artigo recebido em 01/09/2012 e aceito para publicação em 28/11/2012

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; MARCHIORI, Patrícia Zeni; CRISTOFOLI, Fulvio. **Fatores motivacionais da comunidade científica para publicação e divulgação de sua produção em revistas/repositórios científico-acadêmicos:** um estudo com grupos de autores-pesquisadores em Ciências da Comunicação e Ciência da Informação/Biblioteconomia. São Paulo: ECA/USP; Curitiba: DECIGI/UFPR, 2009. Relatório final de projeto.

HARNAD, Stevan et al. **The access/impact problem and the green and gold roads to open access.** 2001. Disponível em: <http://www.ecs.soton.ac.uk/~hamad/Temp/impact.html>. Acesso em: 18 jul. 2008.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. Nota prévia. In: RISÉRIO, Antonio. **Avant-garde na Bahia.** São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1995.

LIEVROUW, Leah Anne. Communication, representation, and scientific knowledge: a conceptual framework and case study. **Knowledge, Technology & Polity**, v. 5, n. 1, p. 6-28, mar. 1992. Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=3&hid=101&sid=01677032-8edf-40dd-ebc94f0be1661a%40sessionmgr111&bdata=JnNpdGU9ZWlhvc3QtbGl2ZQ%3d%3d#toc>. Acesso em: 4 nov. 2009.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the Digital Age. **ARL Bimonthly Report.** 2003 p. 1-7. Disponível em: <http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html>. Acesso em: 20 ago. 2008.

MEIRELLES, Rodrigo França. **Gestão do processo editorial eletrônico baseado no modelo acesso aberto:** estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MOROSINI, Marília Costa (Coord.). **Rede Universitas – Produção científica sobre educação superior no Brasil:** conceito de universitas. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.ead.pucrs.br/universitas/oprojeto/conceito.html>. Acesso em: 21 maio 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TREVISOL, Joviles Vitório et al. O ensino superior no Brasil: políticas e dinâmicas da expansão (1991-2004). **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 215-242, jul./dez.2009.

WARE, Mark. **Pathfinder Research on Web-based Repositories**. London: Publisher and Library/Learning Solutions, 2004, p. 3. Disponível em: <http://www.palsgroup.org.uk/palsweb/palsweb.nsf/0/8c43ce800a9c67cd80256e370051e88a?OpenDocument>. Acesso em: 12 jan. 2010.